

4. Consulta de mercado para contratação de um empréstimo de médio e longo prazos para aquisição transitória de participações privadas em empresas locais - Internalização nos serviços do município das atividades desenvolvidas pela SGEB - Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga S.A.

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta para consulta ao mercado bancário, para efeitos de contratação de um empréstimo de médio longo prazo, no montante de 15.000.000€ (quinze milhões de euros), à luz do normativo habilitante atualmente aplicável, constante do artigo 166.º da Lei n.º 24-D/2022 de 30 de dezembro, que aprova a Lei do Orçamento do Estado para 2023, para financiamento da aquisição da totalidade das participações sociais da SGEB, detidas pelos privados, com a finalidade exclusiva de proceder à subsequente internalização nos serviços municipais das atividades desenvolvidas por aquela sociedade, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

Data: 19/07/2023

Assunto: Contratação de um empréstimo de médio e longo prazos para aquisição transitória de participações privadas em empresas locais – ao abrigo do enquadramento jurídico estabelecido pelo artigo 166.º da Lei n.º 24-D/2022 de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2023 - Internalização nos serviços do município das atividades desenvolvidas pela SGEB - Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga S.A.

Exmo. Presidente da Câmara Municipal,

À luz do normativo habilitante atualmente aplicável (*cfr.* artigo 166.º da Lei n.º 24-D/2022 de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2023 “LOE2023”), é permitido aos municípios, durante o ano de 2023, adquirir a totalidade das participações sociais privadas em sociedades comerciais em que tenham participação, com a finalidade exclusiva de proceder à subsequente internalização das atividades desenvolvidas pela sociedade comercial participada.

O âmbito de aplicação deste novo enquadramento legal de natureza transitória compreende a pretensão já anteriormente assumida pelos órgãos municipais, na defesa do interesse público, em concretizar a internalização do objeto social da Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga S.A. (“SGEB”) nos serviços municipais, assumindo o município a administração direta dos ativos daquela sociedade.

Este desiderato, tal como definido na mencionada norma excecional integrada no Orçamento de Estado para o ano de 2023, implica obrigatoriamente estabelecer com os parceiros privados negociações conducentes à aquisição das respetivas participações sociais por estes detidas, a formalizar por contrato de compra e venda de ações que seguirá os demais trâmites aplicáveis. Ora, numa economia de mercado em que prevalece a lei da oferta e da procura, para que o Município possa alcançar o objetivo pretendido, é imperioso que: (i) os parceiros privados se encontrem disponíveis para vender no imediato as respetivas participações; e, que, (ii) o preço pretendido por estes não coloque em causa o princípio da prossecução do interesse público.

Recordo que a metodologia seguida no anterior processo de internalização da SGEB, encontrava o seu suporte na figura da dissolução e liquidação da sociedade, por transmissão global do património (ativo e passivo) para o Município de Braga, sendo que a questão indemnizatória seria discutida em sede de Tribunal Arbitral.

Aqui chegados (leia-se, concluídas as negociações com os privados), importa reunir um conjunto de elementos de modo a instruir o procedimento de aquisição das participações sociais e formalizar as condições legais adequadas, designadamente a formalização da contratação de um empréstimo de médio e longo prazos que habilite o Município à conclusão das negociações com vista à aquisição das referidas participações.

Conforme previsto no n.º 8 do já referido artigo integrado na Lei do Orçamento de Estado para 2023, os municípios podem contrair empréstimos de médio e longo prazos destinados à aquisição das participações locais, sendo dispensados do cumprimento do limite do n.º 1 artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.

Pretende-se que este processo de aquisição transitória de participações privadas na SGEB esteja devidamente preparado e instruído a tempo de ser submetido a deliberação da Assembleia Municipal até ao final do próximo mês de setembro, e submetido a visto prévio do Tribunal de Contas no início do mês de outubro.

Assim, propõe-se iniciar o procedimento para a contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazos, no montante de €15.000.000 (quinze milhões de euros), destinado à aquisição da totalidade das participações sociais da SGEB com a finalidade exclusiva de proceder à subsequente internalização nos serviços municipais das atividades desenvolvidas por aquela sociedade comercial.

Sublinha-se que o valor proposto foi negociado e aceite pelos parceiros privados para alienação das respetivas participações sociais, e teve por referência as conclusões do estudo contratado a uma empresa especializada em avaliação de empresas, que habilitou o município de Braga a enquadrar e quantificar as condições financeiras de aquisição das participações que, em face do enquadramento jurídico estabelecido pelo artigo 166.º da LOE2023 (que estabelece que a internalização é concretizada com a aquisição das participações), melhor satisfaçam o princípio da prossecução do interesse público.

Não obstante:

1. O n.º 4 do artigo 166.º da Lei n.º 24-D/2022 de 30 de dezembro, Lei do Orçamento do Estado para 2023, estabelecer que o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, não prejudicar a assunção da dívida da empresa local, no caso de integração ou internalização da respetiva atividade; e
2. O n.º 8 do mesmo artigo, estabelecer que podem contrair empréstimos de médio e longo prazos destinados à aquisição das participações em empresas locais, sendo dispensados do cumprimento do limite do n.º 1 artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;

Consideramos importante, num quadro estratégico de planeamento económico, financeiro e de transparência, apresentar os cálculos do endividamento municipal. Assim,

Considerando que:

1. A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, na sua redação atual, prevê, no artigo 52.º, que o limite da dívida total de operações orçamentais não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.
2. O limite para a dívida total de operações orçamentais para o final de 2023 é de **€155.799.233**, tal como evidencia o seguinte quadro:

em euros

Receita Corrente Líquida			
2020	2021	2022	Valor
92 422 230	102 446 276	116 729 960	311 598 466
Média aritmética da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores			103 866 155
Limite da dívida total (1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores)			155 799 233

3. A dívida total de operações orçamentais, incluindo a das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total, era, em 1 de janeiro de 2022, de €38.019.093, tal como demonstram os seguintes quadros:

	em euros
Limite da dívida total (1)	155 799 233

01/01/2023

Dívida Total do Grupo Autárquico Excluindo Não Orçamentais e Dívida Excecionada (2)	38 019 093
Margem Absoluta (3)=(1)-(2)	117 780 140
Margem utilizável (4)=(3)*0,4	47 112 056

4. Tendo como referência a dívida do grupo autárquico a 1 de janeiro último, e considerando o limite de endividamento para 2023, verifica-se uma margem de endividamento absoluto de €117.780.140;
5. A alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º do citado diploma, com a alteração introduzida pela Lei n.º 29/2023, de 4 de julho, estabelece que o município, cumprindo o limite anterior, pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 40 /prct. da margem disponível no início de cada um dos exercícios, significando que, para 2023, a margem de endividamento utilizável é de €47.112.056.
6. De acordo com os dados contabilísticos provisórios extraídos do sistema informático de apoio à gestão orçamental e financeira, margem disponível por utilizar à data de 3 de junho de 2023 é de €38.039.497, conforme melhor demonstrado no quadro seguinte:

30/06/2023

	em euros
Dívida do MB (5)	53 579 250
Dívida Não Orçamental e Dívida Excecionada (6)	6 939 000
Dívida Total Excluindo Não Orçamentais e Dívida Excecionada (7)=(5)-(6)	46 640 250
Dívida das Entidades relevantes (8)	451 402
Dívida Total Para Efeitos do Cálculo (9)=(7)+(8)	47 091 652
Margem Absoluta (10)=(1)-(9)	108 707 581
Margem Utilizável (11)=(10)*0,4	43 483 032
Margem disponível por utilizar em 30/06/2023 (12)=(4)+((10)-(3))	38 039 497

7. A proposta apresentada, em termos do prazo de vigência, tem em consideração uma distribuição equilibrada de custos pelos vários orçamentos anuais, e a prevenção de excessiva concentração temporal de amortização, cumprindo, assim, o estipulado no número 5 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Com efeito, as amortizações anuais previstas para o presente empréstimo são superiores a 80% da amortização média de empréstimos (Anexo I).

8. No seguimento, o prazo de vigência proposto para o empréstimo, 14 anos, é inferior ao número médio de anos em falta para terminar os contratos de arrendamento (15,6 anos para terminar os contratos de arrendamento não havendo internalização), apurado através da diferença entre a média do número de anos decorridos, face à duração máxima dos contratos de arrendamento contratualizados (25 anos).

Face ao exposto, é proposto proceder a contração de um empréstimo de médio longo prazos, no montante de 15.000.000€ (quinze milhões de euros), à luz do normativo habilitante atualmente aplicável, constante do artigo 166.º da Lei n.º 24-D/2022 de 30 de dezembro, que aprova a Lei do Orçamento do Estado para 2023, para financiamento da aquisição da totalidade das participações sociais da SGEB, detidas pelos privados, com a finalidade exclusiva de proceder à subsequente internalização nos serviços municipais das atividades desenvolvidas por aquela sociedade, sugerindo-se procedimento de consulta a todas as instituições financeiras com dependência existente na área afeta ao Município de Braga, tendo por base a seguinte caracterização técnica:

- **Natureza do empréstimo:** Empréstimo de médio e longo prazos;
- **Finalidade:** Aquisição das participações detidas pelos parceiros privados na SGEB;
- **Montante:** €15.000.000 (quinze milhões de euros);
- **Prazo:** Até 14 (catorze) anos após a data de início da produção de efeitos do contrato;
- **Período de utilização e carência:** Sem período de carência;
- **Taxa de Juro:** As entidades bancárias deverão apresentar **duas modalidades de contratar:**

- Taxa de juro fixa, correspondente ao indexante acrescida de *spread*, aplicável durante todo o período de vida do contrato. Para efeitos de comparabilidade, deverão indicar a fixação da taxa no dia 8 de agosto de 2023.

- Taxa de juro variável, correspondendo à taxa Euribor a seis meses do início do período da contagem de juros, com *floor* zero, acrescida de *spread*, e que vigorará, durante todo o período de vida do contrato.

Nota: O Município optará pela modalidade que, em face das propostas apresentadas pelos concorrentes, considere mais vantajosa. Não é obrigatório as entidades bancárias apresentarem proposta para as duas modalidades.

- **Juros:** Os juros serão calculados dia a dia sobre o capital em dívida e pagos trimestralmente e postecipadamente;
- **Reembolso:** O capital em dívida será pago em prestações constantes, iguais e sucessivas, a pagarem trimestralmente, com início no período seguinte ao da utilização;

- **Reembolso antecipado:** Possibilidade de reembolso antecipado da totalidade ou parte do capital em dívida, sem qualquer penalização para o Município, sendo apenas devidos os juros relativos ao período de contagem em curso;
- **Comissões:** Não há lugar à cobrança de qualquer tipo de comissão, designadamente, comissões de imobilização, montagem, organização ou gestão;
- **Critério de Adjudicação:** O critério do mais baixo preço, sendo este aferido, na modalidade da taxa variável, pelo menor spread proposto, na modalidade da taxa fixa, pela menor taxa proposta. Em caso de igualdade entre propostas, os proponentes empatados serão convidados a melhorar a proposta inicial, estabelecendo-se, para o efeito, prazo e modo de apresentação das novas propostas.
- **Outras condições:** A Câmara Municipal de Braga reserva-se o direito de não proceder à contratação do empréstimo, caso não considere interessantes as melhores condições que venham a ser apresentadas pelos Bancos.
- **Prazo para apresentação de propostas:** O prazo para a apresentação das propostas é fixado até às 11 horas e 00 minuto do dia 18 de agosto.
- **Modo de apresentação das propostas:** As propostas devem ser apresentadas em sobrescrito fechado, com a indicação no exterior "PROPOSTA PARA A CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO MÉDIO E LONGO PRAZO NO MONTANTE DE 15.000.000 EUROS". As propostas têm que ser entregues diretamente na Divisão de Contabilidade ou na Tesouraria Municipal a funcionar no Edifício dos Paços do Concelho localizado na Praça do Município.
- **Ato público de abertura das propostas:** A abertura das propostas decorrerá no dia 18 de agosto, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 11:15 horas.

De igual modo, para efeitos de acompanhar, analisar e avaliar as propostas, propõe-se a constituição da seguinte comissão de análise:

- Presidente: Domingos Lopes, Diretor do Departamento de Controlo Financeiro
- Vogal: Célia Portela, Chefe da Divisão de Contabilidade
- Vogal: Rosa Veloso, Responsável pelo Gabinete de Tesouraria
- 1º Suplente: Nuno Capitão, Chefe da Divisão de Controlo de Receita
- 2º Suplente: Leila Camacho, Chefe da Divisão de Contratação Pública;

Por fim, sugere-se que sejam consultadas as seguintes instituições financeiras:

1. Caixa Geral de Depósitos
2. Banco Santander Totta
3. Novo Banco

4. Banco BPI
5. Caixa de Crédito Agrícola Mútuo
6. Banco Millennium BCP
7. Montepio Geral
8. Banco BIC
9. ABANCA Corporación Bancaria
10. Bankinter

Mais se informa de que:

1. O pedido de autorização à Assembleia Municipal para a contratação do empréstimo é obrigatoriamente acompanhado de informação sobre as condições praticadas em, pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como de mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município, nos termos anteriormente descritos – *cfr.* artigo 49.º, n.º 5, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;
2. Os contratos de empréstimo de médio e longo prazos, cujos efeitos da celebração se mantenham ao longo de dois ou mais mandatos, são objeto de aprovação por maioria absoluta dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções – *cfr.* artigo 49.º, n.º 6, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;
3. Os contratos de empréstimo de médio e longo prazos estão sujeitos ao visto prévio do Tribunal de Contas para que possam produzir os respetivos efeitos – *cfr.* Lei n.º 98/97, de 26 de agosto – Lei da Organização e Processo do Tribunal de Contas “LOPTC”.

É o que, nestes termos, se submete à consideração superior,

A DIREÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO,

Anexo I

Amortização Média

Caracterização do empréstimo	Data de contratação empréstimos	Prazo contrato	N.º de Anos em 1/01/2014		Visto do T.C.		Finalidade do empréstimo	Descrição	Contratado	Divida em 01/01/2014 ou Capital Utilizado	Amortização Média do Empréstimo
			Decorridos	Remanescentes	Nº Registo	Data					
		(1)	(2)	(3)=(1)-(2)						(4)	(6)=(4)/(3)
Empréstimos Contratados até 1 de janeiro de 2014										Dívida 01/01/2014	
Construção do Estádio	26/06/03	20	10	10	1500/03	07/08/03	Isento	Construção do Estádio	15 000 000,00	8 333 333,30	833 333,33
Estádio Novo	14/01/03	20	10	10	284/04	27/02/03	Isento	Estádio Novo	15 000 000,00	8 955 318,56	895 531,86
Estádio Novo	06/01/03	20	10	10	283/03	27/02/03	Isento	Estádio Novo	5 000 000,00	2 638 888,87	263 888,89
Empréstimos Contratados Após 1 de janeiro de 2014										Capital Utilizado	
BEI - Mercado Municipal	25/07/19	15			2886/19	24/10/19	Isento	Mercado Municipal	727 511,19	727 511,19	48 500,75
BEI - Mobilidade	25/07/19	15			2887/19	24/10/19	Isento	Mobilidade	1 000 510,95	1 000 510,95	66 700,73
BEI - Escola Maximinos	28/02/20	15			13327/20	07/05/20	Isento	Escola Maximinos	1 336 736,53	891 157,68	59 410,51
Empréstimo 8.500.000	30/10/18	16			3383/18	17/01/19	Não isento	Várias Obras	8 500 000,00	8 500 000,00	531 250,00
Empréstimo 12.000.000	27/04/20	16			2151/20	28/09/20	Não isento	Várias Obras	12 000 000,00	4 200 000,00	262 500,00
Total das amortizações médias dos empréstimos											2 961 116,06
Amortização média dos empréstimos											370 140
Amortização média dos empréstimos										80%	296 112
Amortização anual do empréstimo a contratar (15.000.000/14 anos)											1 071 429
Cumprimento do número 5º do artigo 51,º da Lei 73/2013											SIM